



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, de 12 de agosto de 2003.

Aprova Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os artigos 4º e 9º, da Lei Complementar nº 11/91 e conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 24 e no artigo 105 do Regimento Interno deste Tribunal, e,

Considerando a competência do Tribunal prevista na Constituição do Estado, em seu artigo 47;

Considerando o que dispõe o “Projeto de Modernização”, financiado com recursos oriundos do “Programa de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE”;

Considerando a necessidade de fortalecer o cumprimento da missão institucional do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, garantindo à sociedade, de forma ágil e eficaz, a correta aplicação dos recursos públicos;

Considerando, ainda, o papel orientativo e pedagógico desta Corte e a necessidade de padronizar as normas e entendimentos deste Tribunal,



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que consta do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 2º - Determinar aos órgãos e entidades jurisdicionados que ao encaminhar documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por força de determinação legal ou regimental, façam constar todos os relatórios e documentos exigidos no referido Manual de Orientação.

§ 1º - O ofício de encaminhamento dos documentos conterá a indicação precisa do assunto a que se referem, bem como, caso se relacionem a processos já protocolados anteriormente no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a referência a seu número e, ainda, o nº do CPF, RG e endereço do ordenador de despesas.

§ 2º - Na impossibilidade de remessa de algum relatório ou documento exigido, constará declaração com exposição das justificativas, emitida pelo ordenador de despesas.

§ 3º - Os relatórios e documentos serão dispostos na ordem alinhada nos itens “Documentação” do Manual de Orientação e terão suas folhas sequencialmente numeradas e rubricadas pelo órgão ou entidade remetente, no canto inferior direito da página.

§ 4º - Será identificada a folha em que se localiza cada documento exigido no Manual de Orientação mediante “sumário”, assinado pelo ordenador de despesas.

§ 5º - Os relatórios conterão assinatura identificada do ordenador de despesas, bem como do contador, nos de natureza contábil, e dos demais responsáveis pelas unidades correspondentes.

Art. 3º - A conferência prévia do cumprimento das exigências desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação pela Divisão de Protocolo, sob a coordenação da Assessoria de Informação, é condição necessária para o protocolo dos documentos no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Parágrafo Único – Fica autorizada a recusa do protocolo dos documentos encaminhados com inobservância às determinações desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação.

Art. 4º - Os pedidos de paralisação, devolução à origem e juntada de documentos em processos de aposentadoria, reforma e pensão devem ter como procedência o órgão de origem.

Art. 5º - As propostas para alteração do Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso serão discutidas nas Inspetorias e Coordenadoria de Auditoria e submetidas à apreciação do Tribunal Pleno.

Art. 6º - O Tribunal se responsabilizará pela disponibilização, em seu “ site” das alterações posteriores ocorridas na presente Instrução Normativa, citando a fonte correspondente.

Art. 7º - O não-cumprimento dos termos desta Instrução Normativa importará nas sanções previstas em lei.

Art. 8º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que com ela conflitem e aplicando-se o disposto no artigo 3º, 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Publique-se.

Sala das Sessões em Cuiabá, 12 de agosto de 2003.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Conselheiro Branco de Barros - Presidente

Conselheiro Ary Leite de Campos - Vice-Presidente

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Antonio Joaquim – Corregedor geral

Conselheiro José Carlos Novelli

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos

Procurador de Justiça, dr. Mauro Delfino César

BHJ